

E-ISSN 2446-7375 ISSN Impresso 2318-1990 Vol. 7 | N°. 13 | Ano 2020

Oliveira Adão Miguel

Editor-GerenteIvaldo Marciano de França Lima

Editores

Detoubab Ndiaye, Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação.Campus II Dr. Pedro Acosta Leyva, UNILAB -São Francisco do Conde / Ba, Brasil

ÁFRICA: A LUTA CONTINUA! QUE REMÉDIO PARA OS PROBLEMAS ATUAIS?

AFRICA: THE STRUGGLE CONTINUES! WHAT REMEDY FOR THE CURRENT PROBLEMS?

RESUMO: O continente berço que talvez tenha sua importância na história mundial por preservar o nascimento, evolução e todas as fases do processo de hominização ou que tenha registo de imponentes civilizações por um lado, por outro lado, por ter uma quantidade inimaginável de recursos naturais capazes de torná-lo numa potência mundial e num paraíso edénico, ao invés de ser um manancial das maiores guerras mundiais, um mar de pobreza e miséria e o melhor lugar para se encontrar ditadores, volta a ser alvo de debates, sendo que os assuntos antigos continuam novos devidos a transferências de mentalidades, virtudes e vícios antigos feitos através de telepatias geracionais. África: a luta continua! Que remédio para os problemas atuais? É um artigo que visa olhar para a trajectória política, económica, cultural e social africana muito badalada na arena internacional não pelos melhores motivos, talvez pelos piores.

PALAVRAS-CHAVE: África; Conflitos; Subdesenvolvimento.

ABSTRACT: The cradle continent that may have its importance in world history because it preserves the birth, evolution and all stages of the hominization process or that has a record of imposing civilizations on the one hand, on the other hand, because it has an unimaginable amount of natural resources capable of turning it into a world power and an Edenic paradise, instead of being a source of the greatest world wars, a sea of poverty and misery and the best place to meet dictators, it is once again the subject of debate, and issues old ones remain new due to transfers of old mentalities, virtues and vices made through generational telepathies. Africa: the struggle continues! What remedy for current problems? This is an article that aims to look at the very popular African political, economic, cultural and social trajectory in the international arena, not for the best reasons, perhaps for the worst ones.

KEYWORDS: Africa; Conflicts; Underdevelopment.

ÁFRICA: A LUTA CONTINUA! OUE REMÉDIO PARA OS PROBLEMAS ATUAIS?

Oliveira Adão Miguel 1

A complexidade dos problemas hodiernos de África é sempre analisada num âmbito que envolve quer a perspectiva exógena, quer a visão endógena. O continente africano ficou embaraçado ao longo de vários séculos sob o domínio colonial, por força de sevícias e subserviências ligadas ao tráfico de escravos, a escravatura, o trabalho forçado, o racismo e o paternalismo. Os longos anos de opressão, o atrasaram em parte produzindo o subdesenvolvimento e todo tipo de desgraça que nos dias que correm são conhecidos por marcas pós-coloniais.

Independentemente deste processo colonial infausto, a África começa a despertar para a libertação diante de vários acontecimentos que ocorrem no contexto internacional. O século XX será de viragem para o continente africano, numa altura em que se dava o renascimento de uma consciência nacionalista, revolucionária e africanista. O ponto mais alto desta viragem será consolidado com a formação do movimento Pan-africanista, encabeçada por muitos intelectuais africanos e afro-americanos. Este amplo movimento foi importante na libertação de vários africanos e na formação da Organização da Unidade Africana a 25 de maio de 1963 que teve objectivos ambiciosos na sua matriz, mas pouco exequível no campo da acção.

As décadas de 60 a 90 do séc. XX ficaram marcadas pela presença de vários países africanos a serem alvos de conflitos violentos e crises políticas que causaram destruições e perdas consideráveis no plano humanitário, material e infra-estruturas. Nesta altura coloca-se em causa a capacidade de resolução de conflitos da Organização de Unidade Africana em dar respostas aos constantes conflitos.

A criação da União Africana a partir de 2002, surgiu no momento em que se pretendia dar um maior dinamismo a organização a fim de lutar pela afirmação internacional dos países africanos passando pela manutenção da estabilidade política dos Estados Membros, procurando imprimir no continente uma paz duradoura, a concórdia universal entre os Estados, a cooperação mútua, o respeito pela integridade territorial de cada Estado. Infelizmente, esta organização só se pode queixar de si mesma pelo facto de não ter recursos humanos, financeiros e tecnológicos para fazer face a todos estes desafios. Hoje o continente continua na cauda da civilização mundial com um nível de Estados fracassados à beira do colapso e por não haver um ambiente

oliveiraadaomiguel@gmail.com

Oliveira Adão Miguel, Licenciado em Ciências da Educação pelo ISCED-HUILA, Angola, na opção História; fez o curso de mestrado em Ensino da História da África pela mesma instituição. Atualmente trabalha em comissão de serviço como Director do colégio público nº915 no município da Matala e é colaborador das faculdades, Instituto Superior Politécnico Independente da Huíla e ISCED-Huíla, lecionando as cadeiras de Sociologia das Minorias Étnicas, Antropologia Cultural e Método de Recolha e Pesquisa Histórica. Correio electrónico:

seguro e acolhedor para os melhores intelectuais, verifica-se uma fuga massiva de cérebros, elevadas taxas de desemprego, ambientes de trabalho inóspitos, violação dos direitos humanos, conflitos armados e a falta generalizada de serviços sociais adequados para os cidadãos.

Neste artigo, pretendemos fazer uma reflexão sobre a África de ontem e de hoje sempre olhando para a necessidade de se entender o ambiente que se vive nos dias de hoje através dos olhares históricos.

África: a luta continua! Que remédio para os problemas atuais?

O continente africano tem uma população de 1,186 bilhão de pessoas, representando 16% da população atual de 7.349 bilhões de pessoas em todo mundo, tendo em conta os dados sobre populações globais publicado em 2015 pela ONU. A 13ª Assembleia Geral do Conselho para o Desenvolvimento da Investigação Economica e Social em África (CODESRIA) realizada de 5 a 9 de dezembro de 2011, declarou que a África entrou no século XXI com várias questões não resolvidas, como a pobreza, a rápida urbanização, a questão nacional, a integração regional, desigualdade de gênero, insegurança alimentar, conflito violento, fragmentação política e o fato de ocupar uma posição subalterna na comunidade global e na governança global. O peso do passado é uma grande desvantagem para a África, pois os efeitos do tráfico de escravos, da colonização e do neocolonialismo que a África sofreu ainda são sentidos. Na contemporaneidade, vários estados ficaram emaranhados com problemas de supressão das liberdades, violação dos direitos humanos e da dignidade dos povos, o saque de recursos humanos, naturais e intelectuais, bem como o subdesenvolvimento da África. ²

O continente é bastante rico em recursos naturais como o petróleo, diamante, mangues, cobalto, etc. Segundo a Economist (2015) a África é o lar de um terço de reservas minerais, um décimo do petróleo e produz dois terços dos diamantes de todo o mundo. Infelizmente, isto não se repercute no modo de vida dos africanos que são solapados pela pobreza, fome, conflitos civis, elevadas taxas de analfabetismo e má governação. Esta situação insere-se naquilo que vários académicos chamam de «fenómeno da maldição dos recursos». Sobre este assunto Burgis (2015, p. 17) diz que "a grande abundância dos recursos naturais de África não iriam ser a sua salvação, mas sim a sua maldição". Os fatores mais óbvios que contribuem para o empobrecimento da África incluem violência, conflitos internos, desastres naturais, secas, escassez, crescimento populacional, movimento populacional, AIDS, degradação e mudanças no acesso à terra, mais particularmente aos direitos das mulheres a terra e a participação no setor

² 13^a Assembleia Geral do CODESRIA: 5-9 de dezembro de 2011, Rabat, Marrocos África e os desafios do século XXI. Fonte: https://www.codesria.org/spip.php?article1321&lang=en. Consultado dia 23 de junho de 2019.

econômico formal. Em alguns casos, o progresso também foi retardado por conflitos políticos, especialmente em países como a Somália, Sudão, Costa do Marfim, Serra Leoa, Libéria e até recentemente, Burundi, Ruanda e a República Democrática do Congo.

O fenómeno «maldição dos recursos» coloca o continente no seguinte dilema: de um lado, o mais pobre do mundo e do outro lado, o mais rico em termos de recursos. Infelizmente a riqueza fica sempre em mãos de uma minoria que vive uma vida de luxo que de forma ilícita promove o seu próprio enriquecimento a custa de muitos miseráveis. Olhando para esta dimensão económica do continente, Tom Burgis, diz que «apesar das perspectivas de riquezas e de oportunidades que acompanham a descoberta e a extração de petróleo e outros recursos naturais, é demasiado frequente tais dádivas impedirem ao invés de promoverem o desenvolvimento sustentável equilibrado» (BURGIS, 2015, p. 17).

Depois de mais de 50 anos de independência política dos países africanos, houve a necessidade de se lutar contra o neocolonialismo, visto como a dependência dos africanos as economias do ocidente, por esta razão os lideres africanos realizaram um simpósio onde foi preparado o Plano de Lagos em 1980 e o Acto Final culminou com o Tratado de Abuja em 1991, tendo incentivado a necessidade de se realizar a cooperação regional e continental, combatendo a dependência extrema dos países do norte, criar um mercado comum e ter uma palavra a dizer no comércio internacional.

Na década de 1980 os Estados africanos foram submetidos a vários programas elaborados e implementados pelas instituições de *bretton woods*, como os programas de ajustamento estrutural, cujos impactos foram socialmente degradantes devido a mudança prematura do papel do estado enquanto provedor do bem-estar social. Na década seguinte, o continente foi confrontado com a necessidade de se adaptar as novas exigências políticas nomeadamente, a democratização, a privatização das empresas públicas e a liberação da economia (VAN-DÚNEM, 2008, p. 198). Este projecto em parte conheceu um descalabro porque a privatização beneficiou a pequena elite que não conseguiu aumentar a produção e a produtividade e arruinou as pequenas empresas e a agricultura local e ainda passaram a ser vítimas da concorrência externa através de produtos de alta qualidade vindo dos países do ocidente.

De acordo com Makgalancheche (2008) as intervenções e ajudas de doadores por instituições e estruturas internacionais foram introduzidos para erradicar a pobreza e o subdesenvolvimento nos países africanos. A ajuda através de programas económicos e a assistência técnica criaram a síndrome da dependência levando às condições socioeconómicas e políticas inaceitáveis que a maioria dos países africanos enfrenta.

A visão do autor supracitado é mancomunada por Mongo Beti na obra "A França contra a África", datado de 2000. O autor acredita que a interferência das potências ocidentais nos países

africanos, tem como consequência directa o facto de que a riqueza aumenta fazendo dos países ricos cada vez mais ricos e os países pobres cada vez mais pobres. Para Beti, o subdesenvolvimento africano, mesmo com os enormes recursos, cérebros e projectos deveu-se a interferência nas soberanias africanas produzidas por forças externas. Beti (2000, p. 107-108) descreve o seguinte:

O que faltou foi a soberania nacional, muito simplesmente, isto é, uma vida colectiva isenta de ingerências estrangeiras de tipo «domínio» ou laços especiais, mais inteiramente voltada apenas ao serviço dos interesses do povo camaronenses, organizada em torno da defesa do seu direito a livre iniciativa na escolha dos seus dirigentes, no debate dos seus problemas, no ritmo da sua marcha. (...) Já é tempo de dizer: os Camarões não pedem para serem ajudados, mas sim para serem tratados como parceiros.

Um pensamento semelhante vem de Ha-Joon Chang, na obra, "Chutando a Escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica", com publicação de 2004. O autor defende que se devia fazer uma mudança radical nas condicionalidades vinculadas a ajuda financeira do FMI e do Banco Mundial ou dos governos nacionais desenvolvidos aos estados em vias de desenvolvimento. Esta situação se aplica as exigências da Organização Mundial do Comércio. Na essência, potências ocidentais desenvolveram-se seguindo as políticas económicas do *laissez-faire* da Inglaterra, a política das patentes da Suíça e o protecionismo dos EUA. Porém, os países subdesenvolvidos mesmo seguindo este paradigma, não conseguem (ram) evoluir e a isto o autor prefere chamar de chutar a escada que significa negar o desenvolvimento aos países do sul.

Se esta ideia pode ser útil na compressão do atraso africano a todos os níveis, talvez e só na visão de Boaventura de Sousa Santos se pode enxergar a dimensão subliminar que o colonialismo e imperialismo tiveram na construção das epistemologias dominantes. Note o que o autor nos quer dizer:

O colonialismo, para além de todas a dominações porque é conhecido, foi também uma dominação epistemológica, uma relação extremamente desigual de saber-poder que conduziu a supressão de muitas formas de saber próprias dos povos e nações colonizados, relegando muitos outros saberes para um espaço de subalternidade (SANTOS, 2009, p. 07).

A narrativa da subalternidade é bem mais interessante, quando temos que viajar a visão da indiana Gayatri Chakravorty Spivak ao publicar na linha da crítica das Epistemologias do Sul em 1985 a obra «pode o subalterno falar? O subalterno é aquele que não tem voz política ou não é ouvido e parece ter algum encaixe no contexto africano (SPIVAK, 1985).

Esta narrativa pode ser bastante interessante, mas não acolhe apoio de outros autores que refletem sobre a problemática do subdesenvolvimento que reina em várias paragens do mundo com particularidade a África. Entre estes pensadores temos Axelle Kabou um grande estudioso que critica as políticas económicas gizadas pelos políticos africanos, assim como as causas do subdesenvolvimento africano e escreveu uma obra interessante cujo título é « e se a África recusasse o desenvolvimento», publicado no ano de 2013. O autor defende que as causas do subdesenvolvimento do continente africano pouco têm a ver com as mentalidades africanas e realça que com o fim da Guerra-Fria o continente se tinha tornado na grande derrotada pelo facto de ter perdido variadas oportunidades concedidas pelas superpotências, em particular o plano Marshal. O programa de acção do Banco Mundial para o desenvolvimento acelerado na África a Sul do Saara nas décadas de 1970 e 1980 foi fundamental para conhecer a capacidade de gestão danosa dos líderes africanos. O africano é complexado pela própria noção de desenvolvimento e só pode considerar-se vítima de si mesmo. E em relação a este assunto o autor enfatiza o seguinte:

Desde Bandung, a África vive na ilusão de que a moral internacional a irá proteger de tudo, incluindo da sua inaptidão para se alimentar corretamente. Convencido pelo falso anti maquinismo do pós-guerra de que ela devia permanecer a única civilização sem máquinas do século XX, ela não fez de facto, qualquer esforço desde as independências para se dotar de estruturas industriais regionais ou sub-regionais, a fim de reduzir a sua dependência relactivamente ao exterior (KABOU, 2013, p. 68).

O conceito de terceiro mundo para o autor mudou radicalmente com a emergência de novos actores como a Índia, a China e a África do Sul que possuem a sua bomba atómica e vão fazendo história. O autor diz que a África parece não perceber de que é marginalizada, não só em relação as potencias industriais do ocidente, mas também em relação a estes novos países industrializados. Ao invés de esperar pela ajuda da Europa Ocidental, o continente devia saber que com o surgimento de novos países industrializados no mercado mundial, o mito da incapacidade dos países não ocidentais em não dominar as tecnologias avançadas desmoronou-se (KABOU, 2013, p. 72).

Perguntas talvez fossem uteis para se compreender este estado de coisas que vislumbramos em África e Couto nos ajuda a viajar com a sua perspectiva:

(...) O nosso continente está repleto de casos idênticos, de marchas falhadas, de esperanças frustradas. Generalizou-se entre nós a descrença na possibilidade de mudarmos os destinos do nosso continente. Vale a pena perguntarmo-nos: o que está a acontecer? O que é que é preciso mudar dentro e fora de África? Estas perguntas são sérias. Não podemos iludir as respostas, nem continuar a atirar

poeira para ocultar responsabilidades. Não podemos aceitar que elas sejam apenas preocupação dos governos (COUTO, 2009, p. 20).

Portanto, no dizer do mesmo autor, os africanos deviam descalçar os sete sapatos sujos, entre os quais se insere a ideia de que os outros são os únicos culpados das nossas desgraças e precisamos fazer um trabalho de mudança de mentalidades. O quadro de problemas descritos acima, estão acoplados aos desafios que podem ser ultrapassados através da influência de factores externos e internos. A fraqueza das economias africanas deriva da dependência nas exportações primárias e não existe no quadro interno forte investimento na agricultura ou na industrialização. A Indonésia recentemente ultrapassou a Costa do Marfim como principal fornecedor de cacau para o Mercado dos Estados Unidos. Em 1994, a África produziu 10,3% do petróleo do mundo passando de 518.500 barris por dia em 1984 para 6.860.000 em 1994 e 3.5 % do mundo natural com a produção de gás. As reservas de petróleo bruto são estimadas em 62,2 milhões de barris (6,2% das reservas mundiais), com reservas de gás natural em 9,6 trilhões de metros cúbicos (6,8%). Além dos cinco atuais produtores de petróleo da África Subsaariana -Nigéria, Angola, Gabão, Congo e Camarões- houve exploração e desenvolvimento significativo de petróleo no Chade, Sudão, Guiné Equatorial, Zaire, Namíbia e Sul África, com produção de gás on-line em Moçambique e Tanzânia. Em meados da década de 1970, a participação da África no IDE mundial era de cerca de 6%, um nível que caiu para os atuais 2-3%. Entre os países em desenvolvimento, a participação da África na economia mundial em 1976 foi cerca de 28%; agora é menos de 9%. A África permaneceu dependente da ajuda externa.

No campo das democracias, produziram-se fachadas, quando no fundo era uma ditadura encapotada. Na esteira dos dados divulgados pela *Freedom House* em 2015, a África tinha vinte ditadores com mais de 20 anos no poder, com realce a Teodoro Obiang (Guiné Equatorial), José Eduardo dos Santos (Angola), Robert Mugabe (Zimbábue), Paul Biya (Camarões), Yoweri Museveni (Uganda), Mswati III (Suazilândia), Omar Al-Bashir (Sudão) e Pierre Kurrinziza³ (Burundi) (MZUKISSI, 2007, p. 10). A má governança ao longo do tempo permitiu desperdícios, má administração das instituições do estado, falta de serviços básicos, falta de desenvolvimento econômico e oportunidades. A formação política da África faz-se por via de agrupamentos tribais e agregações étnicas (conceito em discussão constante). A União Africana estima que a corrupção custa aos africanos mais de US \$ 148 bilhões por ano. Este valor

³ A crise desencadeada em 2015 pela decisão do Presidente Pierre Nkurunziza de concorrer a um terceiro mandato está em andamento. De acordo com a organização de direitos humanos Ligue Iteka, 456 pessoas foram mortas, 283 torturadas e 2.338 submetidas à detenção arbitrária em 2017, a grande maioria delas nas mãos das autoridades. A mediação da Comunidade da África Oriental se atolou e o governo revisou a constituição com o aparente objetivo de permitir que Nkurunziza permaneça no poder até 2034. Fonte: https://www.crisisgroup.org/africa/central-africa/burundi/264-soutenir-la-population-burundaise-face-la-crise-economique. consultado dia 24 de Junho de 2019.

representa 25% do PIB de África e aumenta o custo das mercadorias em 20%, impedindo o investimento e inibindo o desenvolvimento (MZUKISSI, 2007, p. 16).

As linhas e metas fundamentais traçadas pela UA visavam fundamentalmente fomentar o contínuo progresso de África estando em conformidade com a Declaração dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. As reflexões para o desenvolvimento de África organizaram-se em torno de dois projectos de líderes africanos, o "Plano Omega" de Abdoulaye Wade (Senegal) e o "Programa do Milénio para o Renascimento Africano", proposto pelos presidentes Abdelaziz Bouteflika (Argélia), Thabo Mbeki (Africa do Sul) e Olusegu Obasanjo (Nigéria), sendo que da fusão dos dois projectos nasceu a NEPAD (Nova Parceria para o Desenvolvimento da África) e adoptado pelos chefes de Estado africanos em 2001. A NEPAD apresentava-se como um catálogo realista e de múltiplos programas concebidos no espírito do liberalismo económico, social e cultural, susceptíveis de serem financiados separadamente (M'BOKOLO, 2011, p. 617). Esta parceria é encarada como um programa pertencente à UA, pois esta só tem autoridade legal pelo facto de a Assembleia da UA enquanto órgão supremo da organização reconhecer a sua legitimidade, mas esta tem poderes próprios, na medida em que tem um secretariado separado da Comissão Africana (DE OLIVEIRA 2007, p. 110).

A NEPAD (Nova Parceria de Desenvolvimento Económico para África), é a concretização da vontade política dos dirigentes africanos que procuram soluções para o atraso económico e a marginalização social do continente através da apelação dos povos africanos e do recurso aos financiamentos externos. Este mecanismo de concertação económica sugere entre outros objectivos, a erradicação da pobreza absoluta em África; colocar no caminho do desenvolvimento sustentável individual e colectivamente os países africanos; terminar com a marginalização nos processos da globalização e promover a integração do continente na economia mundial; acelerar o reforço das capacidades da mulher africana e promover o seu papel no desenvolvimento económico e social do continente.

Estes objectivos deviam ser alcançados com base no processo de integração regional, enquanto instrumento que visa a criação de blocos económicos através da interação entre as economias africanas. Esta integração também devia ser económica, social e cultural. A criação de uma economia forte devia privilegiar a participação activa de todos sectores da sociedade africana; potenciar uma nova parceria internacional assente na reciprocidade e equidade nas relações entre os Estados africanos e os desenvolvidos e criar condições para que as metas de desenvolvimento estejam em conformidade com os propósitos do Desenvolvimento do Milénio contidos na principal estratégia da NEPAD. Por outro lado, se faz imperioso que os estados africanos sejam capazes de investir na agricultura, pesca e turismo, recursos naturais, sector

transformador ou industrial, e construir infraestruturas básicas para o apoio ao desenvolvimento sustentado (DE OLIVEIRA, 2007, p. 11; ROQUE, 2007, p. 115-116).

Aqui ressalta-se que os desafios do desenvolvimento sustentável devem estar focados sobre questões como a erradicação da pobreza a redução das desigualdades, a promoção do crescimento económico e do emprego produtivo, investir no capital humano, reforçar a democracia, a promoção de sociedades pacíficas e inclusivas, investir nos serviços sociais como a saúde e a educação, promoção da justiça social, a promoção da gestão sustentável do ambiente e as parcerias globais para o desenvolvimento. É necessário ainda promover a melhoria em áreas como meios de transportes e infraestruturas, permitindo uma maior circulação de pessoas e bens; fomentar uma verdadeira integração e cooperação regional entre os estados africanos; proteger e concretizar os direitos humanos e o respeito pelo estado de direito e democrático e a aplicação da governação participativa, transparente, assente na prestação de contas (MAKGALANCHECHE, 2008).

CONCLUSÃO

O continente africano com todo o seu manancial em termos de recursos não teria a condição de subdesenvolvimento que se vive nos dias de hoje. A teoria do «fenómeno da maldição dos recursos» parece ter alguma consistência quando olhamos para a realidade que nos circunda ao vermos tanta pobreza, fome, conflitos civis, elevadas taxas de analfabetismo e má governação.

Independentemente de se ter visões diferentes entre os africanos sobre o culpado da crise, sentimos que os problemas deste continente só poderão ter algum fim quando se fizer uma séria aposta na prevenção e resolução de conflitos, na construção e na consolidação da paz e a reconciliação, a promoção e o aprofundamento da democracia e a legitimidade constitucional, respeito pelos direitos humanos, implementar uma governação eficiente e eficaz nos moldes da transparência e do patriotismo, bem como diversificar e flexibilizar as economias e os sectores que produzam riqueza atraindo para os países o investimento internacional podendo estes serem os vectores fundamentais para a concretização de uma estratégia de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMSELLE, Jean-Loup e M'bokolo Elikia. **Pelos Meandros da Etnia: Etnias, Tribalismo e Estado em África**. Lisboa: Edição Pedago, 2014.

BETI, Mongo. A França contra a África. Lisboa: Editorial Caminho, 2000.

BURGIS, Tom. A Pilhagem de África. Amadora-Portugal: 20/20 Editora, 2015.

CHANG, Ha-Joon. Chutando a Escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: UNESP, 2004.

COUTO, Mia. E se Obama fosse africano. Lisboa: Editorial Caminho, 2009.

ELIAS, Doro. **A geopolítica da região dos grandes lagos**. Disponivel: https://www.parlzim.gov.zw/about-parliament/publications/the-geo-politics-of-the-great-lakes-region. Acessado dia 09 de julho de 2019, pelas 23h33.

FERREIRA, Patrícia Magalhães. Conflitos em África. Guerras do Esquecimento: Causas e Natureza dos Conflitos na África Subsariana. Revista Estratégia nº 15, 2º Semestre, p 79-185, 2001

JINADU, L. Adele. Explicando e Gerenciando o Conflito Étnico na África: Para uma teoria cultural da democracia. Departamento de Paz e Pesquisa de Conflito Universidade de Uppsala E Instituto Nórdico da África Uppsala, 2007. Disponível: http/ nai.diva-portal.org/smash/get/diva2:278846/FULLTEXT01.pdf

KABOU, Axelle. E se a África Recusasse o Desenvolvimento? Portugal: Pedago, 2013.

MAKGALANCHECHE, Marp. Soluções africanas para Problemas da África: Recomendações para a implementação. Revista Africana de Assuntos Públicos, 2008.

MEYER, Ângela. Relatório da África Central sobre a Prevenção de conflitos na África Central (ECCAS) preso entre ambições, desafios e realidade. Força de Reserva da África Central – FOMAC. (2015). Disponível: https://www.files.ethz.ch/isn/193351/CentralAfricaReportNo3.pdf . Consultado mo dia 21 de junho de 2019, pelas 23h41, p. 40-44.

OLIVEIRA, Ricardo Soares. A África desde o fim da Guerra Fria. **Relações Internacionais**, N. 24, p. 93 – 114, 2009.

ROQUE, Fátima Moura . **África, a NEPAD e o Futuro.** Luanda, edit. Texto Editores. 2ª Edição, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa e MENESES, Maria Paula (org). **Da Colonialidade à Descolonialidade in Epistemologias do Sul.** Portugal: Edições Almedina, 2009.

VAN-DÚNEM, Belarmino. Politica externa dos Estados e diplomacia do presidente José Eduardo dos Santos. Luanda: Casa das Ideias, 2008.

OUTRAS FONTES

União Africana. **Carta Africana Sobre a Democracia, As Eleições e a Governação**. Oitava Sessão Ordinária da Conferência, Realizada em Adis Abeba, 2007.

Assembleia Geral do CODESRIA: 5-9 de dezembro de 2011, Rabat, Marrocos África e os desafios do século XXI. Fonte: https://www.codesria.org/spip.php?article1321&lang=en. Consultado dia 23 de junho de 2019.

Fonte: https://www.cairn-int.info/article-e_popu_504_0401--the-death-t.... The Death Toll of the Rwandan Genocide: A ... - Cairn International. Acessado aos 06 de julho de 2019.

Fonte: https://pt.ripleybelieves.com > major-regional-economic-organizations-of-a. Principais Organizações Econômicas Regionais Da África.

Fonte: YouTubehttps://www.youtube.com/watch?v=KHHNSs9ZcZQ. Rwandan genocide 25 years later: Have we learned. Acessado dia 06 de julho de 2019.

Recebido em: 17/10/2019

Aprovado em: 21/12/2019